

AVANÇOS NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Advances In Environmental Licensing Of Mining Activities In The State Of Rio Grande Do Norte

Medeiros, Ana Valéria de¹; Freire, Gabriella Cristina de Figueiredo¹; Souza, Ozenildo Gil Silva de¹
avm_geo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A mineração é um dos setores básicos da economia do país, que contribui de forma decisiva para o bem-estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime, desde que seja operada com responsabilidade social e ambiental, estando sempre presentes os preceitos do desenvolvimento sustentável (Farias, 2002).

Entretanto, a mineração provoca um conjunto de efeitos negativos, como, por exemplo, alterações ambientais, conflitos de uso do solo, depreciação de imóveis circunvizinhos, geração de áreas degradadas e transtornos ao tráfego urbano (Silva, 2007). No Brasil, os principais problemas oriundos da mineração podem ser englobados em quatro categorias: poluição da água, poluição do ar, poluição sonora, e subsidência do terreno (CPRM, 2002).

Desta forma a obtenção do Licenciamento Ambiental é obrigatória para a localização, instalação ou ampliação e operação de qualquer atividade de mineração objeto dos regimes de concessão de lavra e de licenciamento (Nunes, 2008). Esse licenciamento está regulado pelo Decreto nº 99.274/90, que dá competência aos órgãos estaduais de meio ambiente para expedição e controle das seguintes licenças: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação (Farias, 2002).

Com isso esperasse que o estudo possa contribuir para a futuros estudos na

¹ DIAREN/IFRN, Mestrado Profissional em Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Natal-RN.

área de licenciamento da atividade de mineração no estado do Rio Grande do Norte, visto a importância da atividade em termos espaciais, sociais, políticos e ambientais e por se tratar de um estado rico, no tocante aos recursos minerais. Com base nesse quadro de referências, o estudo foi norteado pela seguinte pergunta de pesquisa: Como se deu o avanço do licenciamento ambiental da atividade de mineração no Rio Grande do Norte?

2. OBJETIVO

O presente estudo objetivou avaliar o avanço do licenciamento ambiental da atividade de mineração no estado do Rio Grande do Norte.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

As etapas de pesquisa desenvolvidas no estudo estão pautadas em duas técnicas de pesquisa, ou seja, a de documentação indireta, baseada na pesquisa documental e bibliográfica e na documentação direta, pautada na pesquisa de campo. Durante a pesquisa documental foram realizados os levantamentos junto ao banco de dados do Núcleo de Análises da Atividade de Extrativismo Mineral (NAEM) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte (IDEMA/RN). Já os dados oriundos do levantamento de campo, correspondem às informações das vistorias técnicas realizadas pelos analistas ambientais do Instituto, no qual foram levantados os registros fotográficos e as respectivas coordenadas geográficas de cada empreendimento de mineração. Ainda, foi realizado um levantamento de dados secundários no banco de dados do NAEM/IDEMA, oriundos do Sistema de Fluxo Processual (software CERBERUS), referente aos tipos de licenças expedidas pelo setor de mineração (Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI), Licença de Operação (LO), Licença Simplificada (LS), Licença de Regularização de Operação (LRO) e Licença de Instalação e Operação (LIO)), bem como foi coletado os principais minerais licenciados no estado. Para auxiliar na obtenção dos resultados utilizou-se a estatística básica, gráficos (Excel) e

geoprocessamento com o auxílio do *software* ArcGIS 10.1, a fim de se ter uma noção da distribuição espacial dos empreendimentos responsáveis pela mineração no Rio Grande do Norte.

4. RESULTADOS

O Rio Grande do Norte é um estado rico em termos mineral, principalmente no cenário Nordeste, já que é um grande produtor de minério de ferro, schelita e de minerais industriais destacando-se argila, areia, feldspato, caulim, mica, calcário, diatomita, gemas (pedras preciosas) e rochas ornamentais (Pfaltzgraff, 2010).

A partir do levantamento do número total de licenças ambientais emitidas e em tramitação no órgão ambiental, identificaram-se os principais minerais extraídos no estado, os quais estão descritos abaixo.

Em relação aos minerais industriais extraídos no estado destacam-se a lavra de areia e argila, a extração desses minérios se dá principalmente nos Depósitos aluvionares, especialmente, nas Bacias hidrográficas do litoral oriental, do rio Piranhas-Açu e do rio Apodi-Mossoró.

Em relação à extração de rochas ornamentais tem ocorrência na parte central do estado, determinado por seu substrato constituído por rocha pré-cambriana que ocupam 65% da área territorial do estado (Pfaltzgraff, 2010).

Outro minério extraído com destaque é o calcário, constituído em espessas camadas, além de possuir extensos afloramentos da formação Jandaíra, principalmente no Oeste potiguar (Pfaltzgraff, 2010).

5. DISCUSSÃO

A partir das análises quantitativas e multitemporal das licenças emitidas pelo IDEMA entre os anos de 2007 a 2013, pode-se verificar que foram expedidas 692 Licenças Ambientais, relacionadas a projetos de pesquisa, extração e regularização ambiental. No ano de 2007 foram emitidas 86 licenças, porém, no ano de 2008 houve um aumento para 96. Em 2009 expediram-se 89, sendo

decorrido por uma diminuição pouco expressiva no ano de 2010 para 86. Em contra partida no ano de 2011 ocorreu um aumento no valor de emissões para 114, seguindo para 111 licenças no ano de 2012, e por fim, 109 no ano de 2013.

Constatou-se que entre os anos de 2008 a 2010 ocorreu um decréscimo em relação à quantidade de licenças ambientais emitidas pelo setor de extrativismo mineral. Este dado justifica-se, principalmente, pela diminuição do número de analistas ambientais que trabalhavam com os processos de licenciamento ambiental relacionado à atividade em questão no Órgão Ambiental. Logo após, no ano de 2011 observou-se um aumento considerável, em que passou de 86 (ano 2010) para 114 licenças expedidas naquele ano. Em 2012 e 2013 praticamente não houve alteração significativa.

Evidenciou-se também que entre os anos de 2011 a 2013, há uma elevação dos valores das licenças emitidas para o setor de mineração, quando comparados com os anos de 2007 a 2010. Este crescimento se deu, principalmente, em razão da contratação de mão de obra para analisar os processos da atividade mineral, como também, pelo crescimento da demanda de processos formados e em tramitação no IDEMA para as atividades de pesquisa, extração e regularização de operação para as atividades de mineração.

6. CONCLUSÃO

Avaliamos que entre os anos de 2007 a 2013, houve um número crescente de processos, assim como no número de licenças emitidas pelo IDEMA. Tal crescente pode ser justificada por vários fatores, dentre os principais: atender as exigências do mercado da construção civil, incremento de obras públicas nas cidades e obras de instalação de Parques Eólicos. Também se considera que com passar dos anos aumentaram as exigências para o cumprimento, por parte dos empreendedores, das leis e normas ambientais, uma vez que para conseguir investimentos e financiamentos junto às agências financiadoras os mesmos são obrigados a comprovar que estão regularizados junto ao órgão responsável pela gestão ambiental, seja no âmbito municipal, estadual ou

federal.

7. REFERÊNCIAS

CRPM. **Perspectivas do Meio Ambiente do Brasil – Uso do Subsolo**. MME - Ministério de Minas e Energia, 2002. Disponível em www.cprm.gov.br. Acesso em 30 de julho 2015.

FARIAS, C.E.G. 2002. **Mineração e Meio Ambiente no Brasil**. Relatório preparado para o CGEE, p: 40.

NUNES, P.H.F. **Mineração, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Aspectos Jurídicos e Sócio-Econômicos**. Universidade Federal de Goiás, p: 157, 2008.

PFALTZGRAFF, P.A.S. **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Norte**.-- Recife: CPRM, 2010.

SILVA, J.P.S. 2007. **Impactos ambientais causados por mineração**. Revista Espaço da Sophia, nº 08, p: 13.
